



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15034 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

**DAS ENGRENAGENS DA RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O IMPACTO NAS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE**

Diego Lacerda de Sousa - UEG-PPGE - Universidade Estadual de Goiás

Rodrigo Roncato Marques Anes - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

As transformações educacionais ao longo da história refletem a evolução dos paradigmas de produção e organização do trabalho. Desde os tempos do taylorismo-fordismo até a atual era 4.0, a educação tem sido influenciada pelas demandas e dinâmicas do sistema capitalista. Neste contexto, é essencial compreender como as mudanças no mundo do trabalho têm impactado diretamente a prática docente e as estruturas educacionais.

A influência do taylorismo-fordismo, caracterizado pela busca por maior controle sobre os trabalhadores e pela especialização das tarefas, deu origem a um modelo de produção que influenciou não apenas as fábricas, mas também as escolas. Com o advento do toyotismo, surge uma nova lógica de organização do trabalho, marcada pela flexibilidade e pela busca constante pela produtividade. Essas transformações não se limitaram ao âmbito produtivo, afetando também a educação e a formação do sujeito.

No Brasil, as práticas coercitivas na educação, especialmente após o Golpe Militar de 1964, moldaram os conceitos educacionais, visando formar uma mão de obra alinhada às necessidades do mercado. O tecnicismo na educação impôs padrões estabelecidos pelo capitalismo, reforçando uma lógica de trabalho parcelado e especializado.

Contudo, a educação brasileira não se limitou a ser apenas um instrumento de adaptação às demandas do mercado. Ela também foi um espaço de resistência política e ideológica, destacando-se como uma ferramenta crucial na luta contra a hegemonia capitalista.

A transição para a era 4.0 marca uma nova fase na educação, onde a informação é acessível de forma horizontal e circular, e o papel do educador se transforma em um de curador e orquestrador do conhecimento. No entanto, essa evolução também traz desafios, especialmente no que diz respeito às condições de trabalho dos professores.

Este artigo busca analisar as transformações educacionais desde a era taylorista até o contexto da educação 4.0, destacando o impacto dessas mudanças na valorização e nas condições de trabalho dos docentes. Ao refletir sobre essa trajetória, podemos compreender melhor os desafios e as transformações ao quais precarizam o trabalho docente.

Ao longo da história, passamos do binômio taylorismo-fordismo ao modelo toyotista (Antunes, 2009). Durante o desenvolvimento do taylorismo-fordismo entre 1945 e 1973, houve uma busca por maior controle sobre os trabalhadores, logo advém o toyotismo, que estabelece um novo padrão de aprofundamento da produtividade, e suscita a máscara da hegemonia, a dominação, e a extração de mais valia. “A mais-valia, como sabemos, é o acúmulo de riqueza realizado sobre trabalho privadamente explorado e acumulado” (Torres et. al, 2022).

Isso logo, implicaria na educação, na formação do sujeito, neste caso o aluno, e logo o trabalho do professor. Neste momento histórico, a educação brasileira, foi palco de grandes práticas coercitivas, ao qual influenciou e moldou os seus conceitos. A partir de então, as escolas seguiram uma abordagem técnica, visando formar trabalhadores treinados para atender às demandas da produção (Anes, 2018). Essa ideia ganhou destaque no Brasil nos anos 1960, após o Golpe Militar de 1964, devido ao crescimento da indústria e das empresas, gerando uma preocupação com a formação de uma mão de obra alinhada às necessidades do setor produtivo.

Nota o advento do tecnicismo na educação manifestando a exigência de os professores seguirem os padrões estabelecidos pelo capitalismo, caracterizados por elementos disciplinares e de obediência. Isso visa evitar que o trabalhador questione criticamente a situação imposta. O objetivo era que a educação desempenhasse uma função social voltada para a formação operacional, seguindo a lógica do trabalho taylorista-fordista, que buscava uma organização cada vez mais racional, parcelada, adestradora e eficiente na especialização

de funções e conhecimentos necessários para atender às demandas da produção (Saviani, 1987).

Percebe uma lógica do sistema predominante, através da força de trabalho, de apropriação, gerar riqueza (Torres et. al, 2022). Aliás, ressaltam a importância primordial que o conhecimento desempenha na ampliação e reestruturação produtiva do capital.

No entanto, a educação no Brasil não se limitou a ser apenas um instrumento de adaptação às demandas do mercado. Pelo contrário, ela se manteve como um importante espaço de resistência política, ideológica e educacional Anes (2018).

O capitalismo e suas capacidades de perversidade ideológica de se reinventar Torres et. al (2022), e fato que isso sempre acontece, quando o sistema se encontra em crise, é necessário reformular ideias, concepções para poder atingir os objetivos. Neste sentido, sempre surgirá novas perspectivas, para a modificação, mas não perdendo a sua essência de exploração.

A Educação 4.0, transforma e precariza o trabalho do professor em um orquestrador e curador de informações, enfatizando a autoria do estudante no processo de aprendizagem através de projetos interdisciplinares que utilizam o acesso global e instantâneo à informação para desenvolver competências para a sociedade 4.0. Embora a essência do capitalismo permaneça inalterada, observa-se uma intensificação na fusão entre o trabalho digital e a exploração trabalhista (Torres et. al, 2022), refletindo um aprofundamento das dinâmicas de poder e desigualdade sob o manto da inovação tecnológica. Com a intensificação do uso de plataformas digitais, os professores são frequentemente obrigados a se adaptar a novas tecnologias, metodologias de ensino a distância e formas de avaliação online sem receber o treinamento adequado, tempo para preparação ou compensação financeira adicional. Essa situação reflete uma forma de exploração do trabalho docente, onde se espera que os educadores façam mais com menos.

Neste cenário, como afirma Antunes (2015, p. 58), o trabalho passa a ser flexível, multifuncional e polivalente, transformando o trabalhador “[...] em um déspota de si mesmo”. A flexibilidade, multifuncionalidade e polivalência mencionadas implicam que os professores são cada vez mais chamados a desempenhar diversas funções e se adaptar a diferentes demandas, muitas vezes sob condições precárias. Ao enfrentarem essa flexibilidade e multifuncionalidade, muitas vezes precisam gerenciar seu próprio trabalho de maneira autônoma, assumindo múltiplas responsabilidades, o que pode resultar em sobrecarga e pressão adicionais. Em outras palavras, eles se tornam autocratas de suas próprias tarefas e

responsabilidades, refletindo as exigências do ambiente de trabalho contemporâneo.

O trabalho em que exerce o professor, se perpassa por fusões ao longo deste processo de reestruturação produtiva, sinaliza o quanto a educação e o trabalho do professor são alvo para enriquecimento do capital, e das suas diversas faces. As significativas mudanças nas relações de trabalho, observadas nas sociedades capitalistas durante as crises do modelo econômico, representam essencialmente novas estratégias do capital para reorganizar a força de trabalho. Isso ocorre com o propósito de reduzir custos e, conseqüentemente, ampliar os lucros, muitas vezes à custa da classe trabalhadora.

Os impactos mencionados anteriormente, desde as eras fordista, taylorista e toyotista até o processo de industrialização 1.0 a 4.0, ilustram a crescente influência do capital na Educação. É necessário desmistificar a extensão desse impacto e reconhecer a busca incessante por lucro e por mão de obra qualificada para atender as exigências do mercado de trabalho. Este contexto afeta diretamente o trabalho do professor, impondo condições coercivas e de precarização que podem levar ao adoecimento e até mesmo à desistência de uma prática educativa crítica e de qualidade.

A precarização é o desdobramento dos impactos da reestruturação produtiva em suas diversas manifestações na transformação do trabalho. Notadamente, quando a hegemonia está em crise, o capital, a fim de preservar seu poder, intensifica as demandas sobre o trabalho para extrair mais-valia, conforme delineado por Marx (1980). Os efeitos do capital sobre o trabalho conduzem à massificação de sua essência, culminando em processos de precarização e flexibilização.

A flexibilização e desintegração da categoria docente é evidenciada pelas diversas modalidades de contratos de trabalho que coexistem dentro de uma mesma instituição educacional ou rede de ensino, ou até mesmo pela variedade de locais de trabalho que um único profissional pode ocupar. A substituição de sistemas de progressão na carreira por avaliações de desempenho e produtividade, por exemplo, compromete não apenas a equidade entre os profissionais em atividade, mas também os direitos dos aposentados.

Ao longo da história, testemunhamos a transição dos modelos de produção industrial, desde o taylorismo-fordismo até o toyotismo, delineando uma busca contínua por maior controle sobre os trabalhadores e uma incessante maximização da produtividade. Essas mudanças não deixaram a educação incólume. Na verdade, moldaram significativamente a maneira como ela é concebida e praticada. No Brasil, particularmente após o Golpe Militar de 1964, a educação foi direcionada para atender às necessidades do mercado de trabalho,

refletindo as pressões do modelo econômico vigente.

A era do tecnicismo na educação destacou-se por sua ênfase na formação de trabalhadores alinhados com as exigências da produção capitalista. Isso gerou um ambiente onde os professores eram instruídos a seguir padrões estabelecidos, sem questionar criticamente as estruturas impostas. Essa abordagem refletia a lógica do taylorismo-fordismo, buscando eficiência e especialização para atender às demandas produtivas.

No entanto, a educação brasileira não foi simplesmente um instrumento de adaptação às exigências do mercado. Ela também foi um espaço de resistência, mantendo viva a chama da reflexão crítica e da contestação ideológica. Apesar das pressões do sistema, os educadores continuaram a lutar por uma educação que não apenas preparasse os alunos para o mercado de trabalho, mas também os capacitasse a pensar de forma autônoma e a desafiar as estruturas dominantes.

A chegada da era da indústria 4.0 trouxe consigo novos desafios e perdas para a educação. A educação 4.0 busca integrar as inovações tecnológicas com o processo de aprendizagem, promovendo a autonomia dos alunos e preparando-os para os desafios de uma sociedade cada vez mais digitalizada.

**Palavras-chave:** Precarização do Trabalho Docente. Reestruturação Produtiva. Neoliberalismo. Educação 4.0 . Escola.

## REFERÊNCIAS

ANES, Rodrigo Roncato Marques. **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: formação, profissionalização e emancipação do professor**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2018, p. 129.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo SP: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos.)

FÜHR, Regina Candida. **Educação 4.0 e seus impactos no século XXI**. Editora Realize. 2018.

MARX, Karl. **Teorias da mais valia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980,

p.404.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004

SAVIANI, Dermeval. **Ensino Público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987, p.80.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2010.

TORRES, Alda Roberta et al. **Trabalho e trabalho docente sob a égide do neoliberalismo.** Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 14, n. 36, p. 1044-1061, mai.-ago. 2022.